

GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA

Estudo Técnico Preliminar 97/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 67532.006197/2025-10

2. Objeto

2.1. Para a aquisição do objeto da futura licitação será proposto, a título de objeto do pregão, a Aquisição de material de rouparia para hotéis, refeitórios e hospitalar.

2.2. A Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

2.3. O inciso I do Art. 3º da referida instrução define estudos técnicos preliminares como o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.

2.3.1. Da leitura do dispositivo, é possível abstrair que, além de se servir a outros objetivos, os estudos técnicos preliminares devem descrever as alternativas possíveis para suprir determinada necessidade da administração, de modo a propiciar a escolha da melhor ou mais adequada solução.

2.3.2. A esse respeito, veja-se o que prescreve o caput do Art. 6º da referida instrução normativa: o ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental da contratação.

2.4. Nesse sentido, constitui objeto deste Estudos Técnicos Preliminar deixar registradas as alternativas possíveis para a Aquisição de material educativo e esportivos cujos quantitativos e prazos constam anexos aos autos do processo.

3. Descrição da necessidade

3.1. A presente aquisição se faz necessária pelas razões abaixo descritas:

3.1.1. GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA (GAP-LS): O Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS) tem como missão prestar apoio administrativo às Organizações Militares integrantes da Guarnição de Lagoa Santa. Nesse contexto, é responsável pela gestão e operação do Hotel de Trânsito dos Oficiais (HTO) e do Hotel de Trânsito dos Graduados (HTG), que recebem militares e servidores civis em serviço pela Força Aérea Brasileira. Esses hotéis oferecem acomodação a comitivas e demais hóspedes, assegurando condições adequadas de estadia, incluindo a disponibilização de roupas de cama e banho, itens indispensáveis ao conforto e ao bem-estar. Atualmente, o complexo hoteleiro encontra-se em fase de adequação ao Projeto REPOUSAR e, para atender às exigências previstas no Memorial Descritivo da rede hoteleira, torna-se imprescindível a substituição de determinados itens. Dentre eles, destaca-se a aquisição de cortinas com forro blackout, visando à adequação dos quartos já existentes aos padrões estabelecidos. O GAP-LS também é responsável pela administração da Seção de Subsistência (SSUB), que opera sete refeitórios e atende aproximadamente 2.000 comensais por dia. Considerando essa demanda, foi realizado levantamento para a reposição de toalhas de mesa, contemplando não apenas o atendimento às atividades cotidianas, mas também o suporte a eventos, recepções, reuniões e visitas no âmbito da GUARNAE-LS.

3.1.2. GRUPO DE SAÚDE DE LAGOA SANTA (GSAU-LS): O Grupo de Saúde de Lagoa Santa é responsável pelo atendimento médico, laboratorial, odontológico e emergencial do efetivo, composto por militares da ativa, veteranos, pensionistas e seus respectivos dependentes. A aquisição de rouparia mostra-se necessária para a execução das rotinas assistenciais do Grupo de Saúde de Lagoa Santa, bem como para a substituição dos itens de consumo já existentes. A referida aquisição foi planejada com o objetivo de atender às demandas do GSAU-LS, viabilizando o adequado desempenho de suas atividades laborais. A presente aquisição destina-se ao atendimento das necessidades dos diversos

setores do GSAU-LS, a saber: Emergência, Internação, Ambulatório, Junta Regular de Saúde, Odontologia, Serviço de Arquivo Médico e Estatístico (SAME), CAIS, Célula de Enfermagem, Célula de Clínicas Médicas, Célula de Diagnóstico por Imagem e Seção de Atividades Complementares (Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Nutrição, Psicologia e Fonoaudiologia). Em razão do levantamento de necessidades realizado, a aquisição torna-se imprescindível para o cumprimento das metas planejadas, buscando garantir atendimento de qualidade aos pacientes e conforto adequado às finalidades a que se destinam os itens, em conformidade com os normativos vigentes, tais como Instruções do Comando da Aeronáutica (ICA), normas da ANVISA e da Vigilância Sanitária, primando-se pela eficiência e eficácia dos serviços prestados aos usuários. Os itens adquiridos serão utilizados pelos militares do efetivo e pelos usuários durante as rotinas assistenciais do GSAU-LS. Portanto, o fornecimento de roupa é de suma importância, pois possibilitará a manutenção de um atendimento de excelência.

3.1.3 PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE LAGOA SANTA (PAMA) - A aquisição de materiais de roupa justifica-se pela necessidade de garantir condições adequadas de higiene, conforto e conservação nos alojamentos da Organização Militar. O PAMA-LS mantém alojamentos destinados às equipes de serviço de guarda e segurança, operações e ao Pelotão Contra Incêndio (PCI), cujos militares permanecem em regime de rodízio contínuo. Tais instalações dispõem de aproximadamente 82 camas, utilizadas de forma constante por militares de diferentes escalas, o que demanda a disponibilização de capas de colchão como medida de proteção, manutenção e prolongamento da vida útil desses bens. Adicionalmente, identificou-se a necessidade de substituição de colchões nos alojamentos do PCI e da guarda, em razão do desgaste natural e do uso intensivo decorrente da rotina operacional. Ressalta-se, ainda, que a manutenção de uma reserva técnica de itens de roupa é fundamental para permitir a reposição imediata em casos de desgaste prematuro, danos eventuais ou em decorrência de eventual aumento do efetivo, considerando a incorporação de militares do corpo feminino. Dessa forma, a aquisição proposta visa não apenas atender às necessidades atuais, mas também assegurar a continuidade do suporte logístico, a salubridade e o bem-estar dos militares alojados, refletindo em melhores condições de trabalho e na preservação do patrimônio público.

3.1.4 CENRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA (CIAAR) - A aquisição de materiais de roupa de cama e colchões é essencial para garantir condições adequadas de conforto, higiene e bem-estar aos discentes que permanecem em regime de internato nesta instituição de ensino. Considerando que muitos alunos residem temporariamente nas dependências da escola durante a realização dos cursos, cabe à administração prover os itens necessários para assegurar um ambiente saudável e acolhedor ao longo de sua permanência. As roupas de cama e os colchões estão sujeitos a desgaste natural em razão do uso contínuo e das lavagens frequentes, o que demanda reposição periódica a fim de manter os padrões mínimos de higiene e conservação. Ademais, a disponibilidade de enxoval em quantidade suficiente é fundamental para atender à rotatividade dos alunos, a situações emergenciais e a necessidades específicas relacionadas à saúde e ao conforto térmico, especialmente em períodos de maior variação climática. A medida contribui diretamente para a promoção da qualidade de vida dos discentes, refletindo positivamente no desempenho escolar e na permanência digna no ambiente educacional. Dessa forma, a aquisição dos materiais de roupa de cama e colchões justifica-se como ação necessária para a adequada manutenção do internato, em consonância com os princípios de cuidado, saúde e bem-estar dos estudantes.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GRUPAMENTO DE APOIO DE LAGOA SANTA	LUCIANA DO AMARAL CORREA CEL INT
PARQUE DE MATERIAL AERONÁUTICO DE LAGOA SANTA - PAMA-LS	CLAUDOMIRO FELTRAN JUNIOR CEL AV
CENTRO DE INSTRUÇÃO E ADAPTAÇÃO DA AERONÁUTICA	ANGELO NASCIMENTO MARROSO CEL INT
GRUPO DE SAÚDE DE LAGOA SANTA	SANDRA SIMON CALADO TEN CEL MED

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 5.1. A Lei 14.133/2021, em seu art. 67, dispõe sobre o tipo de documentação relativa à qualificação técnica que pode ser exigida, a fim de não serem impostas exigências desnecessárias ou excessivas, garantindo, ao mesmo tempo, a isonomia dos participantes, bem como que o vencedor do certame tenha condições técnicas de atender ao contrato.
- 5.2. A empresa interessada deverá apresentar pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por empresa jurídica de direito público ou privado, que comprove o desempenho da atividade de fornecimento do objeto da futura licitação.
- 5.3. O mencionado atestado deverá conter as seguintes informações: nome da empresa, endereço, nome do profissional responsável, telefone para contato e descrição dos serviços realizados.
- 5.4. A aquisição será realizada por meio de Ata de Registro de Preços (ARP), conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. A seleção da proposta mais vantajosa será realizada mediante competição, considerando os requisitos técnicos e legais necessários para a aceitação e execução do objeto, buscando a satisfação plena do interesse público e a ampla participação de fornecedores. Os itens a serem adquiridos possuem características específicas de qualidade e desempenho, a serem atendidas integralmente para garantir a funcionalidade e a adequação dos materiais às suas finalidades. A contratação está subdividida por itens, e para cada um, foram definidos requisitos que devem ser cumpridos pelas propostas. A Administração se compromete a

evitar a inclusão de requisitos desnecessários, mantendo as exigências em nível que permita a maior possibilidade de competição. Os requisitos são elaborados de forma específica, objetiva e compatível com o objeto da contratação como um todo, considerando as diferenças entre os diversos itens.

5.5. Conforme previsto na 8ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, para os itens listados abaixo cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.

5.6. As Fichas Técnicas de Enquadramento que serão utilizadas são: Código 11-02 (1, 4 a 16, 18, 19, 21 e 22), Código 9-4 (2, 3, 20), FTE 12-2 (17 e 22).

5.7. Para os itens 02 e 03, o fornecedor deve seguir os requisitos estabelecidos pela Portaria INMETRO Nº 35, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2021 que Aprova o Regulamento Técnico da Qualidade e os Requisitos de Avaliação da Conformidade para Colchões e Colchonetes de Espuma Flexível de Poliuretano. Esta portaria define os padrões técnicos e os procedimentos necessários para garantir a conformidade dos produtos com as normas de qualidade e segurança exigidas.

5.8. Para os itens de 1, 4 a 16, 18, 19, 21 e 22 o fornecedor deve seguir os requisitos estabelecidos pela Portaria INMETRO Nº 118, de 11 de março de 2021 que Aprova o Regulamento Técnico Mercosul sobre Etiquetagem de Produtos Têxteis. Esta regulamentação define critérios técnicos e de avaliação da conformidade, essenciais para assegurar que os produtos atendam aos padrões de qualidade e segurança exigidos pelo mercado.

5.9. Caso o fabricante não esteja obrigado a esse registro por força de legislação específica, deverá ser apresentada uma declaração comprobatória ou documento equivalente, sob as penas da lei.

5.10. A contratação será regida por princípios de sustentabilidade, visando à minimização de impactos ambientais. O fornecedor deve seguir práticas de gestão ambiental adequadas, com destaque para:

Critérios de Sustentabilidade: É exigido que o fornecedor adote práticas de manejo responsável dos recursos naturais, minimizando desperdícios e garantindo a correta destinação dos materiais após o uso.

Embalagens e Materiais: Os fornecedores devem priorizar o uso de materiais recicláveis ou biodegradáveis para as embalagens, quando aplicável, atendendo às exigências de sustentabilidade.

6. Levantamento de Mercado

6.1 Foram consideradas diferentes fontes dentro do Painel de Preços, que é um site governamental, e na internet, a fim de detectar contratações similares realizadas por órgãos e entidades, buscando identificar a existência de novas tecnologias, metodologias e inovações que melhor atendam às necessidades da Administração.

6.2 A aquisição direta também foi considerada; entretanto, sem a realização de um amplo levantamento de mercado, essa opção pode resultar em preços mais elevados e menor competitividade, comprometendo a economicidade da contratação.

6.3 Esta equipe de planejamento não identificou tendências, inovações ou metodologias capazes de alterar o tipo de solução proposta, tendo em vista tratar-se de uma aquisição comum para atendimento de demanda básica.

6.4 Para o atendimento da demanda em questão, a solução mais adequada e viável é a aquisição por meio de Ata de Registro de Preços, permitindo a aquisição exclusiva dos bens necessários para suprir as reais necessidades da GUARNAE-LS, em conformidade com o Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, garantindo economia de recursos públicos.

6.5 Do ponto de vista técnico, o Sistema de Registro de Preços (SRP) por meio de Ata de Registro de Preços (ARP) apresenta-se como a solução mais apropriada, pois confere agilidade à Administração para responder prontamente às demandas que surgem ao longo do ano, seja para a reposição de itens desgastados ou para atendimento de novas necessidades. A centralização do planejamento em um único certame otimiza o esforço administrativo e assegura a padronização da qualidade dos materiais adquiridos.

6.6 Sob o aspecto econômico, a adoção do SRP possibilita a consolidação da demanda potencial das Organizações Militares em um único processo licitatório, aumentando a atratividade para os fornecedores e estimulando a competitividade, o que viabiliza preços mais vantajosos em razão da economia de escala. Além disso, o desembolso orçamentário somente ocorre quando há efetiva necessidade do bem, evitando a imobilização de recursos e a manutenção de estoques excessivos.

6.7 Dessa forma, a aquisição via Ata de Registro de Preços proporciona flexibilidade, preços competitivos e fornecimento contínuo de materiais, assegurando a eficiência das operações e o cumprimento da missão institucional da GUARNAE-LS.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 A Administração decidiu realizar a Aquisição de material de rouparia para hotéis, refeitórios e hospitalar por meio de pregão eletrônico SRP, do tipo menor preço, conforme estabelecido no artigo 3º do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. O objetivo é atender às necessidades do Grupamento de Apoio de Lagoa Santa (GAP-LS) e das demais Organizações Militares Apoiadas.

7.2 Após a análise das diversas alternativas de aquisição, concluiu-se que a Ata de Registro de Preços (ARP) é a solução mais adequada e eficiente.

7.3 A escolha pela ARP justifica-se pela otimização de recursos e pela flexibilidade que ela oferece. A ARP possibilita a aquisição dos materiais ao longo de um período determinado, com preços previamente negociados e competitivos, garantindo fornecimento contínuo e permitindo ajustes nas quantidades conforme as necessidades reais da GUARNAE-LS, sem a necessidade de novas licitações.

7.4 A vigência da Ata de Registro de Preços (ARP) será de 1 (um) ano, sendo prorrogável por igual período (até o limite de 2 anos), conforme disposto no art. 22 do Decreto nº 11.462/2023. A prorrogação da vigência ensejará a renovação dos quantitativos inicialmente registrados. Os preços serão passíveis de reajuste após o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data limite para apresentação das propostas, utilizando-se o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) como indexador, desde que haja manifestação formal de interesse da Administração, com a devida comprovação da vantajosidade e da economicidade da manutenção do registro.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A metodologia utilizada para definição dos quantitativos de cada item objeto dessa contratação encontra-se detalhada no item 4, "Metodologia utilizada para estimar a quantidade", do Termo de Oficialização de Demanda.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 297.188,24

Análise crítica sobre a pesquisa de mercado

A formação do valor estimado para a presente contratação foi precedida de uma metódica pesquisa de preços, cujo objetivo primordial foi a obtenção de um retrato fiel dos valores praticados no mercado. Tomou-se o cuidado de excluir quaisquer preços que se mostrassem inexequíveis ou excessivamente elevados, a fim de evitar distorções que pudessem comprometer a objetividade na avaliação das propostas e, conseqüentemente, a obtenção da vantagem econômica para a Administração Pública.

9.2. A metodologia de pesquisa de mercado adotada seguiu rigorosamente as diretrizes da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, do Ministério da Economia. A análise considerou um número representativo de itens para precificação, a dispersão dos valores coletados em relação à média e a robustez das ferramentas utilizadas para a coleta de dados, assegurando a confiabilidade do processo.

9.3. No âmbito da análise estatística, o Coeficiente de Variação (CV) foi empregado como um indicador de homogeneidade da amostra de preços. Calculado como a razão entre o Desvio Padrão e a Média dos dados coletados, um CV inferior a 25% é geralmente aceito como indicativo de razoável homogeneidade (Reis, E.A., Reis I.A., 2002). Para os itens que compõem a presente contratação, o resultado obtido para o CV foi inferior a este limiar, atestando a consistência dos valores levantados e conferindo maior confiabilidade aos preços de referência estabelecidos.

9.4. A pesquisa de preços priorizou as fontes indicadas nos incisos I e II do art. 5º da Instrução Normativa nº 65/2021. Foram analisadas contratações similares realizadas pela Administração Pública nos últimos doze meses, conforme preconizado pelo § 1º do mesmo artigo. Tal abordagem visa garantir que as informações coletadas reflitam as condições reais de mercado e assegurem a aderência dos valores estimados às transações efetivamente realizadas.

9.5. Em todas as etapas da pesquisa, foi realizada uma análise crítica aprofundada para identificar e excluir eventuais valores inconsistentes, comprovadamente inexequíveis ou que se mostrassem excessivamente elevados. Esta etapa foi fundamental para garantir que o valor estimado esteja atualizado e condizente com a realidade do mercado, utilizando-se, inclusive, o Coeficiente de Variação dos preços como ferramenta auxiliar nesta avaliação criteriosa.

9.6. Os dados que fundamentaram a pesquisa basearam-se em históricos de preços, práticas de mercado e informações disponíveis em bases de dados oficiais. Houve especial atenção à observância das unidades de fornecimento, aos materiais empregados e às características intrínsecas do objeto a ser adquirido, em conformidade com as disposições do art. 6º da referida Instrução Normativa.

9.7. A metodologia empregada para a definição do valor estimado, bem como todos os dados levantados, a memória de cálculo detalhada e os documentos comprobatórios de suporte, estão pormenorizados por item no Relatório Detalhado da Pesquisa de Preços.

9.8. Inciso I: A pesquisa foi iniciada com a coleta de cotações de preço unitário para cada item nas bases públicas do Governo Federal, seguida da filtragem de compras homologadas e recentes, realizadas nos últimos doze meses. Em seguida, procedeu-se ao cálculo da mediana da amostra filtrada, descartando-se todas as cotações cujo valor excedesse esse ponto central, eliminando ofertas potencialmente superestimadas. Com os preços remanescentes, calculou-se a média aritmética, estabelecendo-se o valor estimado final do item em alinhamento com o inciso I da Instrução Normativa.

9.9. Inciso II: Complementarmente, para a aplicação do inciso II, foram coletados resultados de contratações similares, e a partir desses dados, o preço estimado foi determinado por meio da aplicação da métrica estatística mais adequada ao conjunto de informações levantadas.

9.10. Demais incisos: Nos casos em que a utilização satisfatória das cotações baseadas nos incisos I e II se mostrou inviável, foram coletados preços de acordo com as informações e especificações detalhadas no relatório da pesquisa e, posteriormente, realizada a média aritmética simples dos resultados encontrados.

9.11. Diante de todo o exposto, conclui-se que os preços resultantes da pesquisa realizada para a presente contratação são plenamente compatíveis com a realidade de mercado do objeto a ser contratado, em conformidade com os termos da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, e suas atualizações. Assim, o processo está apto a prosseguir para as próximas etapas.

9.12. Os itens 1108202511050018 e 1108202511050020 do TOD possuem a mesma descrição — TOALHA DE BANHO, MATERIAL 100% ALGODÃO, FIO PENTEADO, GRAMATURA DE 400 A 600 G/M², NA COR BRANCA, COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 140 CM DE COMPRIMENTO POR 70 CM DE LARGURA (CATMAT: 459484), REFERÊNCIA KARSTEN OU SIMILAR — motivo pelo qual os respectivos quantitativos foram somados.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. A licitação em questão será realizada por item, pois os objetos são divisíveis, e cada item corresponde a um produto específico com características técnicas próprias. Essa divisão tem como objetivo garantir maior competitividade e economicidade na contratação, permitindo a ampla participação de licitantes. Embora alguns fornecedores não possuam capacidade para executar a totalidade do objeto, poderão participar com relação a itens ou unidades autônomas. A aquisição de cada item de forma individual favorece a participação de diferentes fornecedores especializados em cada tipo de produto, evitando a concentração de mercado e possibilitando a obtenção de melhores preços e condições comerciais para cada item, sem prejuízo para o conjunto da solução ou perda da economia de escala.

10.2. O artigo 40 da Lei nº 14.133 em sua alínea b, orienta para o parcelamento das compras efetuadas pela Administração, desde que seja tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

10.2.1. Conforme parágrafo 2º do referido artigo, na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da divisão do objeto em lotes;

II - o aproveitamento das peculiaridades do mercado local, com vistas à economicidade, sempre que possível, desde que atendidos os parâmetros de qualidade; e

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado.

10.3. Desta forma, optou-se pelo parcelamento do objeto de acordo com suas características de fornecimento, por meio da distinção das unidades de medida usuais do mercado e compatíveis com os produtos a serem ofertados.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. Não há contratações vigentes que guardem relação ou afinidade com o objeto da contratação pretendida e não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. As contratações públicas no âmbito do COMAER estão reguladas pela Instrução Normativa nº 65 de 07/07/2021 do Ministério da Economia, pelo Manual de Contratações Públicas - MCA 172-4 (módulo 3), que, por sua vez, têm por objetivo estabelecer rotinas e procedimentos a serem adotados nos processos de aquisições da Força Aérea Brasileira como um todo.

12.2. Segundo a Diretriz do Comando da Aeronáutica nº 11-1, que dispõe sobre a “Sistemática de planejamento e gestão institucional da Aeronáutica”, o planejamento institucional da Aeronáutica pode ser classificado em três níveis: Estratégico, Operacional e Tático.

12.3. O planejamento no Nível Tático é focado no detalhamento e na execução das tarefas derivadas dos projetos e atividades dos Planos Setoriais, permitindo a confecção de um Programa de Trabalho Anual (PTA).

12.4. As contratações a serem realizadas pela DOC do Grupamento de Apoio de Lagoa Santa/MG – GAP-LS são previstas no PTA para o ano subsequente, sendo orientadas de forma integrada e articulada com o Manual de Procedimentos das Unidades de Apoio e Apoiadas, MCA 172 4/2020 e com o Plano Setorial (PCA 11 18/2020) para o cumprimento das diretrizes apresentadas na DCA 11 118 /2020 (Diretriz de Planejamento Institucional).

12.5. No âmbito da GUARNAE-LS, para coordenação das compras públicas é confeccionado um Plano de Aquisições e Contratações (PAC) anualmente. Ele contempla, desde o planejamento da demanda, até a ata homologada ou contrato assinado, sendo de competência da UG Apoiadora sua confecção e aprovação. O PAC abrange toda a Guarnição de Lagoa Santa e é coordenado pela Seção de Planejamento (DOC-2) da Divisão de Obtenções e Contratos (DOC).

12.6. De acordo com a ICA 179 1/20, as aquisições e contratações de serviços são mensalmente acompanhadas por meio de reuniões de Prestação de Contas. As reuniões são realizadas com a participação dos gestores e do Comandante do Grupamento. Nelas são apresentadas as contratações planejadas e as executadas no período. Por meio da Previsão Orçamentária de Gastos, do Plano Anual de Contratações (PAC) e do Plano de Obras e Serviços de Engenharia (PPO), previstos nos PTAs, as licitações são administrativamente estruturadas e viabilizadas.

12.7. No PAC, o nível de responsabilidade é definido pelo tipo da demanda. No caso das demandas vegetativas, o GAP-LS confecciona desde a captação da demanda até a homologação do certame. Já nas demandas de interesse exclusivo, cada Organização Militar faz a instrução processual até gerar o Pedido de Aquisição de Material (PAM) e o GAP-LS é responsável pela elaboração do edital até a homologação.

12.8. O PAC é a materialização do planejamento das contratações e é composto por um cronograma com estabelecimento de fases e suas respectivas datas. Ele pode ser dividido em duas grandes fases: planejamento, que envolve a captação da demanda, críticas e correções, e a execução. O início da primeira fase é marcado por briefings direcionados a todos os militares envolvidos com as contratações e neles todo o processo de planejamento e execução é pormenorizado. Cada agente público participante é designado e publicado em boletim. O PAC do ano subsequente é confeccionado de janeiro a novembro do ano anterior, que corresponde à fase de planejamento do Plano e, para sua elaboração, são realizadas reuniões com os Setores de Planejamento das Organizações Militares – OMs envolvidas com o objetivo de atualizar o acompanhamento do Plano de Aquisições em andamento, estabelecer a priorização dos processos, verificar a execução orçamentária e outras instruções ou orientações pertinentes. Conforme definido no PTA 2023, para esta Atividade é utilizado o indicador “I = X/Y”, em que X representa os processos concluídos e Y os processos previstos, além de outros indicadores relevantes para o acompanhamento do Plano.

12.9. A exposição das demandas a serem contratadas no ano subsequente são analisadas e conferidas pela DOC-, como descrição do objeto e quantidades, sendo diagnosticadas possíveis falhas e ações corretivas são tomadas junto às áreas demandantes. A fase de planejamento é finalizada com a definição da demanda por meio dos Termos de Oficialização da Demanda (TOD) no sistema Siloms e os processos têm sua ordem de confecção definida de acordo com a mão de obra disponível e critérios como: vencimento da ata vigente, relevância e necessidade.

12.10. A fase de execução é composta pela confecção dos processos propriamente ditos, conforme ordem definida no Calendário de Licitações, que é aprovado pelo Ordenador de Despesas.

12.11. A partir da publicação do PAC, é feito acompanhamento semanal e, por vezes, diário, do Plano em que vários dados que envolvem as contratações são apurados, como: demora na informação das demandas pelas áreas, risco da não contratação, ata vigente, dificuldades na obtenção de cotações, apontamentos do Controle Interno/CGU, entre outros.

12.12. Os processos com previsão de homologação no ano subsequente são abrangidos pelo PAC, no entanto, ocasionalmente, são incluídas demandas não previstas mediante justificativa apropriada. A DOC-2, Seção de Planejamento da Divisão de Obtenções, realiza detalhados com as OMs Apoiadas em que são dadas orientações sobre briefings o preenchimento dos documentos, sobre estimativa e justificativa das demandas, informação da dinâmica por tipo de demanda, definição de prazos para cada área enviar seus Termos de Oficialização da Demanda e são sanadas das dúvidas das áreas demandantes.

12.13. O E-PAG no Siloms contém o registro de todas as evoluções dos processos e seus subprocessos, possibilitando maior transparência aos procedimentos.

12.14. Conforme tabela abaixo, os responsáveis pelas contratações são definidos de acordo com o tipo de demanda:

TIPO DE DEMANDA	RESPONSÁVEL
VEGETATIVA	

(Essenciais ao funcionamento das UG Apoiadora e Apoiada)	GAP-LS
NÃO VEGETATIVA RECORRENTE (Rotineiras, organizadas e consolidadas pela UG Apoiadora, com o fornecimento de informações por parte das UG Apoiadas)	
INTERESSE EXCLUSIVO (atendem exclusivamente o interesse da UG requisitante)	U G REQUISITANTE

12.15 Após a classificação do tipo de demanda, o planejamento é distribuído em fases e para cada uma delas são estabelecidos os prazos de execução e respectivos responsáveis, conforme abaixo:

FASE	RESPONSÁVEIS
CAPTAÇÃO DA DEMANDA	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRÍTICA GAP-LS	GAP-LS (DOC-2)
CRÍTICA GESTOR/ OM APOIADA	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRIAÇÃO E LIBERAÇÃO DE TOD	GAP-LS (DOC-2)
PREENCHIMENTO TOD	SETOR DE PLANEJAMENTO DA OM E GESTORES
CRÍTICA E APROVAÇÃO DO TOD	GAP-LS (DOC-2)

12.16. A contratação em referência foi prevista com base nas contratações similares realizadas em anos anteriores, na demanda atual apontada pela área envolvida e foi definida no PAC 2026.

12.17. A contratação objeto deste Estudo foi devidamente prevista e sua viabilidade foi analisada na fase de planejamento PAC, passando agora à fase de execução.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Segundo o inciso X do Artigo 9º da Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022, “resultados pretendidos” diz respeito a “economicidade” e “melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros”, conforme transcrito a seguir: ***a) Art. 9º Com base no Plano de Contratações Anual, deverão ser registrados no Sistema ETP Digital os seguintes elementos: (...) X - demonstrativo dos resultados pretendidos, em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.*** O grifo em itálico foi acrescentado ao texto original.

13.2. No Art. 5º da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, o legislador elevou à categoria de princípio o desenvolvimento nacional sustentável, nos seguintes termos: *Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).*

13.3. O desenvolvimento nacional sustentável desdobra-se em novos contornos consubstanciados na satisfação de políticas públicas sociais, econômicas e ambientais.

13.4. No caso da contratação ora em análise, é possível vislumbrar a dimensão social e econômica da contratação, exatamente em função de ser um objeto que será adjudicado por item e, por isso mesmo, a competitividade ocorrerá entre as faixas de empresários, provavelmente locais, que teria menor capacidade de concorrer se o objeto fosse adjudicado pelo valor global.

13.5. A presente contratação gerará vários ganhos diretos para GUARNAE-LS, tais como:

13.5.1. Oferecer enxoval hospitalar adequado é essencial para garantir segurança, conforto, higiene e humanização no ambiente de saúde. A personalização da rouparia contribui para a melhoria da experiência dos pacientes, tornando o atendimento e o período de hospitalização mais acolhedores.

13.5.2. A disponibilização de colchões confortáveis contribui significativamente para o bem-estar da equipe de serviço, além de proporcionar um ambiente mais organizado e confortável, refletindo positivamente na satisfação e na produtividade do efetivo.

13.5.3. O investimento em roupas de cama de alta qualidade mostra-se vantajoso a longo prazo, uma vez que materiais duráveis e resistentes demandam menor frequência de substituição, reduzem os custos de manutenção e limpeza e asseguram melhor custo-benefício, especialmente nos alojamentos dos Hotéis de Trânsito e nos refeitórios da Seção de Subsistência.

13.5.4. A contratação objetiva assegurar condições elevadas de higiene, conforto e bem-estar nos alojamentos dos Hotéis de Trânsito, nas áreas da Seção de Subsistência e nas rotinas assistenciais do Grupo de Saúde, contribuindo para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados pelo GAP-LS, para a satisfação de militares e servidores civis e para a adequação dos quartos ao projeto REPOUSAR.

13.6. Além dos ganhos diretos, a contratação permite os seguintes ganhos indiretos:

13.6.1. Efetividade de atuação da Guarnição;

13.6.2. Relação custo X benefício vantajosa para a Administração;

13.6.3. Melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis na Guarnição para suas atividades fins;

13.6.4. Ganhos em termos de economicidade devido à disputa de preços;

13.6.5. Contratação de fornecedor que tenha as condições que satisfaçam as exigências para esse fornecimento;

13.6.6. Desenvolvimento nacional sustentável, conforme exposto acima.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por militares, equipe de fiscalização ou único militar, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.2. Tendo-se em vista a fiscalização do contrato, será importante que o fiscal/equipe tenha conhecimento do objeto a ser contratado, para atuar na fiscalização da entrega dos produtos de maneira satisfatória, dentro do prazo e com boa qualidade.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1 Licitação sustentável é a licitação que integra considerações socioambientais em todas as suas fases, com o objetivo de reduzir impactos negativos sobre o meio ambiente e, via de consequência, aos direitos humanos. (Guia Nacional de Contratações Sustentáveis. 6ª. Ed. DF: 2023).

15.2. O TCU possui acórdão tratando de sustentabilidade nas contratações:

[...] louvável a preocupação dos gestores em contratar empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] **a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente.** Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, **implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.** (TCU. PROC. Nº. 003.405 /2010–9. MIN. REL. BENJAMIN ZYMLER. DJ: 24/02/20102).

15.3. Desse modo, são requisitos mínimos para as respectivas aquisições que devem obedecer aos critérios de sustentabilidade:

15.3.1. A empresa deverá possuir as licenças ambientais condizentes com a sua atividade produtiva e estar em dia com as respectivas licenças;

15.3.2. Os produtos devem observar os critérios de sustentabilidade ambiental decorrentes de sua fabricação, nos termos da legislação de regência e suas eventuais alterações;

15.3.3. Os resíduos decorrentes das fabricações dos produtos cotados deverão ter destinação ambiental adequada;

15.3.4 Os equipamentos possam ter destinação ambiental adequada após o final do ciclo de seu funcionamento (tempo de uso);

15.4. As empresas poderão comprovar (por outros meios de prova válidos e regulares admitidos pelo direito) que seus produtos atendem aos requisitos de sustentabilidade ambiental (ACÓRDÃO N°. 508/2013 – TCU PLENÁRIO; ACÓRDÃO N°. 2.403 /2012 – TCU – PLENÁRIO e ACÓRDÃO N°. 1.929/2013 – TCU – PLENÁRIO)

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. Esta equipe de planejamento declara viável a presente contratação. A imperiosa necessidade de assegurar higiene, conforto e operacionalidade nos Hotéis de Trânsito (em adequação ao projeto REPOUSAR), nos refeitórios da Seção de Subsistência e nas rotinas assistenciais do Grupo de Saúde da GUARNAE-LS justifica plenamente esta aquisição, essencial para o bem-estar de militares e servidores.

16.2. A solução adotada, via Sistema de Registro de Preços e Pregão Eletrônico, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, otimiza recursos orçamentários, garante a reposição flexível e contínua dos itens e mantém a qualidade e eficiência dos serviços essenciais da Organização Militar.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PYTERSON DA SILVA BRANDAO

Chefe da Seção de Planejamento

ANA PAULA GUIMARAES SILVA

Membro da Equipe de Planejamento

MARCELA DUARTE DE SOUZA

Membro da Equipe de Planejamento

BARBARA DA SILVA CAETANO

Ordenadora de Despesas

Em consequência, os setores responsáveis tomem conhecimento e providenciem a respeito.

d) 2T QOCON ADM RAIANNY MANUELLY FERREIRA DA SILVA LIMA 7622538

Designado(a) para exercer o cargo de Adjunto do(a) 5º Esquadrão (ESQD5), do Corpo de Alunos, do(a) CIAAR, cumulativamente com os cargos que já exerce, a contar de 29/01/2025, sem carga a receber.

Em consequência, os setores responsáveis tomem conhecimento e providenciem a respeito.

e) 1T QOCON ENF PAULA CRISTINA MACHADO DA SILVA SOARES 7311710

Designado(a) para exercer o cargo de Chefe do(a) Célula de Enfermagem (CEnf), do(a) GSAU-LS, a contar de 31/01/2025, com carga a receber.

Em consequência, os setores responsáveis tomem conhecimento e providenciem a respeito.

f) 1T QOINT NTE RAFAEL CÉSAR DA COSTA 6285228

Designado(a) para exercer o cargo de Chefe do(a) Seção de Empenhos e Contratos (DOC-4), da Divisão de Obtenção e Contratos (DOC), do(a) GAP-LS, a contar de 31/01/2025, com carga a receber.

Em consequência, os setores responsáveis tomem conhecimento e providenciem a respeito.

g) 1T QOINT NTE ANDERSON MATHEUS NUNES DE PAULA 6482821

Designado(a) para exercer o cargo de Chefe do(a) Seção de Planejamento (DOC-2), da Divisão de Obtenção e Contratos (DOC), do(a) GAP-LS, a contar de 31/01/2025, com carga a receber.

Em consequência, os setores responsáveis tomem conhecimento e providenciem a respeito.

h) 1T QOCON ADM KELLEN TOSTES DE LUCENA SOUZA 7384386

Designado(a) para exercer o cargo de Adjunto do(a) Seção de Controle Interno de Processos em Geral (ACI-2), da Assessoria de Controle Interno (ACI), do(a) GAP-LS, a contar de 31/01/2025, sem carga a receber.

Em consequência, os setores responsáveis tomem conhecimento e providenciem a respeito.

i)



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
Data/Hora de Criação:	10/02/2026 16:49:47
Páginas do Documento:	11
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	12
Hash MD5:	dc369caa6d7657976a1868a9b6d3a451
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento MARCELA DUARTE DE SOUZA no dia 10/02/2026 às 14:24:36 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Terceiro Sargento ANA PAULA GUIMARÃES SILVA no dia 10/02/2026 às 14:27:16 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten PYTERSON DA SILVA BRANDÃO no dia 24/02/2026 às 15:27:32 no horário oficial de Brasília.